



TL 3749

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Solidariedade à luta pela independência do povo do Timor - Leste



Sessão Solene realizada na Câmara dos Deputados

Brasília - 1996

SOLIDARIEDADE À LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DO POVO DO TIMOR-LESTE

*Pronunciamentos em Plenário por parla-
mentares a favor do povo timorense, na
Sessão Solene do dia 20-9-95*

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES
BRASÍLIA - 1996**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: *Anderson Braga Horta*

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretora: *Suelena Pinto Bandeira*

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: *Nelda Mendonça Raulino*

COLABORARAM NA ELABORAÇÃO DESTA OBRA:

Preparação dos elementos externos e pré-textuais: Maria de Lourdes Gonçalves e Wilma Heloisa Teixeira. *Catálogo:* Órion Gonçalves da Silva

SÉRIE

Comemorativa, Homenagem

nº 38

Brasil, Congresso, Câmara dos Deputados

Solidariedade à luta pela independência do povo do Timor-Leste: pronunciamentos em Plenário por parlamentares a favor do povo timorense, na Sessão Solene do dia 29-9-95. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1996.

55 p. – (Série comemorativa. Homenagem; nº 38)

1. Movimento de independência, Timor-Leste. 2. Independência, Timor-Leste. I. Série.

CDU 325.83 (923.53)

Sumário

Pág.

Pronunciamento do Deputado Federal Aldo Arantes (PCdoB-GO) Autor do pedido da Sessão Solene.....	07
Pronunciamento do Deputado Federal Severino Cavalcante (PFL-PE) Em nome do Bloco Parlamentar PFL-PTB.....	17
Pronunciamento da Deputada Federal Sandra Starling (PT-MG) Em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores.....	23
Pronunciamento do Deputado Federal Roberto Valadão (PMDB-ES) Em nome da liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.....	27
Pronunciamento do Deputado Federal Sebastião Madeira (PSDB-MA) Em nome da liderança do Partido da Social Democracia Brasileira.....	35
Pronunciamento do Deputado Federal Adylson Motta (PPR-RS) Em nome da liderança do Partido Progressista Renovador.....	39
Pronunciamento do Deputado Federal Matheus Schmidt (PDT-RS) Em nome da liderança do Partido Democrático Trabalhista.....	43
Pronunciamento do Deputado Federal Sérgio Miranda (PC do B-MG) Em nome da liderança do Partido Comunista do Brasil.....	45
Pronunciamento do Deputado Federal Fernando Gabeira (PV-RJ) Em nome da liderança do Partido Verde.....	49
Pronunciamento do Deputado Federal Marconi Perillo (PP-GO) Em nome da liderança do Partido Progressista.....	53
Pronunciamento do Deputado Federal Wilson Campos (PSDB-PE) Em nome da Presidência da Câmara dos Deputados.....	55

Apresentação

A luta do povo timorense contra a ocupação da Indonésia vai se tornando um dos grandes clamores da humanidade e começa a ganhar força também no Brasil.

Como um país pequeno, com uma área aproximada ao Estado de Sergipe, uma população de menos de 700 mil habitantes, resiste por 20 anos contra a Indonésia, um país cem vezes maior que o Timor-Leste, com uma população 250 vezes maior, um Exército que possui um soldado para cada dois civis timorenses e um PIB entre os maiores do mundo?

Só uma noção muito clara de nacionalidade, de soberania, de objetivos, de unidade política, de perseverança e ousadia é capaz de explicar a resistência do povo Maubere.

A busca de sua afirmação como nação soberana custou a vida de 1/3 de seus habitantes, assassinados na maioria das vezes sem condições de defesa.

O mundo acorda para a causa timorense. O Parlamento Português deu um passo significativo nesta solidariedade ao realizar em final de maio de 1995 o "Encontro Interparlamentar por Timor-Leste", reunindo 77 parlamentares de 31 países de vários continentes.

O Brasil agora busca ampliar a solidariedade com a luta do povo do Timor-Leste. A Câmara dos Deputados soma-se a este esforço; representando a convicção e a vocação democrática de seu povo e de seu país, realizou uma sessão solene em solidariedade ao povo do Timor-Leste.

Este folheto traz os pronunciamentos e o testemunho da unanimidade que o tema conquistou entre os deputados federais de todos os partidos e sinaliza o crescimento da solidariedade do Brasil à luta pela independência e autodeterminação do povo timorense.

Brasília, setembro de 1995

Tratado de Amizade e Comércio entre o Brasil e a Índia

A este tratado de Amizade e Comércio entre o Brasil e a Índia, assinado em 1763, deu-se origem a uma série de acordos que estabeleceram relações comerciais e diplomáticas entre os dois países.

Como um país pequeno, com uma área aproximada de 1 milhão de km², a população da Índia era de cerca de 100 milhões de habitantes, o que lhe dava uma vantagem numérica considerável em relação ao Brasil, que tinha uma população de cerca de 1 milhão de habitantes. No entanto, a Índia era um país muito rico, com uma economia baseada na agricultura e no comércio de especiarias, o que lhe dava uma vantagem econômica considerável em relação ao Brasil, que era um país muito pobre, com uma economia baseada na agricultura e no comércio de produtos básicos.

A busca de uma aliança com a Índia foi uma das principais razões para a assinatura do tratado. O Brasil precisava de uma aliança com um país poderoso para se defender contra as ameaças dos portugueses e dos espanhóis.

O tratado de Amizade e Comércio entre o Brasil e a Índia, assinado em 1763, estabeleceu uma série de regras para o comércio entre os dois países. Entre outras coisas, o tratado permitia que os brasileiros comprassem produtos da Índia sem pagar impostos de importação, e que os indianos comprassem produtos do Brasil sem pagar impostos de importação.

O tratado também estabeleceu uma série de regras para a navegação entre os dois países. Entre outras coisas, o tratado permitia que os navios brasileiros navegassem livremente pelo oceano Índico, e que os navios indianos navegassem livremente pelo oceano Atlântico.

O tratado de Amizade e Comércio entre o Brasil e a Índia, assinado em 1763, foi um dos primeiros tratados de comércio entre dois países de diferentes continentes. Ele estabeleceu uma base para as relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e a Índia, e foi um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento econômico e político do Brasil no século XVIII.

O tratado de Amizade e Comércio entre o Brasil e a Índia, assinado em 1763, foi um dos primeiros tratados de comércio entre dois países de diferentes continentes. Ele estabeleceu uma base para as relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e a Índia, e foi um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento econômico e político do Brasil no século XVIII.

Pronunciamento do Deputado Federal Aldo Arantes, PC do B-GO, autor do pedido da Sessão Solene em solidariedade ao povo do Timor-Leste

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Luís Eduardo; Governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, velho amigo de lutas e que nunca falha nas justas causas; nosso amigo, Embaixador de Portugal, Sr. Pedro Ribeiro de Menezes; Presidente em exercício do Conselho Federal da OAB; Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia; representante da CNTI; representante da Fenarj; Pastor da Igreja Evangélica Luterana, Pastor Ulrico Sperb; Dr. Quintino Faria, Primeiro Secretário da Embaixada de Angola, país que tem dado grande apoio ao povo timorense; Conselheiro de Imprensa da Embaixada de Portugal; Embaixador do Haiti, demais autoridades aqui presentes, senhores convidados,

Iniciando minhas palavras, quero cumprimentar o bravo povo do Timor nas pessoas dos dois representantes da resistência timorense: Roque Rodrigues e Luiz Cardoso de Noronha. Quero que V. Ex^{as}. se sintam em casa, sintam que nós, brasileiros, que a Câmara dos Deputados do Brasil pulsa em solidariedade à luta do povo do Timor-Leste.

O Brasil é um País com tradição de luta em defesa da soberania e da autodeterminação, que durante décadas enfrentou violações aos direitos humanos. Temos, pois, o dever de prestar essa solidariedade. Início meu pronunciamento abraçando o povo do Timor-Leste nas figuras de seus dois representantes.

Senhoras e senhores convidados, a realização desta Sessão Especial tem um importante significado para esta Casa em relação à luta do povo de Timor-Leste pela sua autodeterminação e independência. Tal acontecimento significa o desejo de conhecer melhor o problema para se integrar com mais eficácia na solidariedade internacional à brava luta desse povo.

O Timor-Leste é uma ilha situada ao norte da Austrália, com um território de 18.899 km². Sua população, em 1990, era de mais de 700

mil habitantes. A língua nacional é o tetum, mas falam-se vários dialetos, e o português é o idioma oficial. Mais de 90% dos timorenses são membros da Igreja Católica, enquanto na Indonésia predomina a religião muçulmana.

A costa do Timor é rica em petróleo. E aqui certamente está uma das explicações para a dificuldade de uma solidariedade maior a nível internacional. Calcula-se que tenha aproximadamente 5 bilhões de barris de reserva de petróleo na região marítima entre o Timor-Leste e o norte da Austrália, conhecida como Fossa de Timor. Em 11 de dezembro de 1989, numa atitude condenável, Indonésia e Austrália assinaram acordo de exploração do petróleo do Timor.

O Timor-Leste foi durante quase 500 anos colônia portuguesa. Os portugueses ali chegaram em 1515, ocupando a parte leste da ilha. Em 1651 os holandeses ocuparam a parte oeste, como as demais ilhas. No final da Segunda Guerra Mundial a Indonésia declara a sua independência e incorpora a parte oeste do Timor ao seu território. Entre 1945 e 1974 a Indonésia afirmou à ONU não ter qualquer reivindicação sobre o território do Timor-Leste.

Em 30 de setembro de 1975 um golpe militar derrubou o Presidente Sukarno, da Indonésia, provocando um verdadeiro genocídio. Segundo dados da Fundação Britânica Lord Russel, em apenas três meses foram assassinados mais de um milhão de pessoas. Instalou-se uma sangrenta ditadura que tem se mantido na base da violência e da repressão.

Com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, Portugal entrega à ONU um memorando afirmando sua disposição de cooperar com a independência das ex-colônias. Em novembro de 1975, após uma guerra civil de um mês, a Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN) declarou a independência da região. No mês seguinte, sob pretexto de acabar com a guerra civil, forças indonésias invadiram o Timor-Leste e o ocupam desde então. Em julho de 1986 a Indonésia proclamou o Timor-Leste como a sua 27ª Província.

A resistência à ocupação da Indonésia foi encabeçada pela Fretilin e pelas Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL). A amplitude da resistência demonstrou a determinação desse povo de não aceitar o seu genocídio físico e cultural e de lutar pela sua identidade e pela conquista da autodeterminação e independência de sua pátria.

Em 1977 a Indonésia utilizou napalm e fósforo branco contra as áreas de resistência. Em 1979 a Indonésia controlava todo o País e acreditava que a Fretilin estava derrotada. No entanto, ressurgiu das montanhas e matas do Timor guerrilheiros liderados por Xanana Gusmão.

No Final de 1980 foi constituído o Conselho Nacional da Resistência Maubere, que engloba a Fretilin, a União Democrática Timorense – UDT, e outros grupos independentes. Tal fato teve enorme significado por representar uma unificação da resistência timorense, dando novo alcance à luta desse povo pelos seus objetivos.

Durante esses quase vinte anos de ocupação, pelo Exército da Indonésia, foram assassinadas duzentas mil pessoas, um terço da população de 1975, quando a região foi ocupada.

A gravidade da violação dos direitos humanos só alcançou repercussão internacional com o massacre de Santa Cruz. E tivemos oportunidade, há pouco tempo, de passar, para aqueles que tiveram oportunidade de presenciar as cenas do massacre de Santa Cruz e da violação dos direitos humanos do Timor-Leste. Cenas essas muito mais contundentes e mais fortes do que qualquer discurso.

Quinze dias após o assassinato do estudante Sebastião Rangel, realizou-se uma manifestação com uma procissão até o cemitério Santa Cruz, em Dili, Capital do Timor-Leste. Os soldados de Jacarta atacaram o povo em manifestação pacífica, assassinando friamente 273 jovens. A presença de um jornalista estrangeiro, que filmou o acontecimento, fez com que esse fato viesse ao conhecimento da opinião pública internacional.

O regime indonésio está promovendo um genocídio físico e cultural do povo timorense. Segundo o livro da Anistia Internacional, *Indonésia – Timor-Leste*, o Relator Especial das Nações Unidas sobre a Tortura concluiu em janeiro de 1992 seu relatório, afirmando que a tortura é uma prática comum no Timor-Leste. O mesmo livro destaca que milhares de timorenses do Leste foram detidos sem acusação ou julgamento desde a invasão, sendo que muitos deles “desapareceram”.

No livro publicado pela Assembleia da República de Portugal, intitulado *Timor-Leste – Fatos e documentos*, foram transcritas as declarações de Inácio Moura sobre o Timor-Leste, cujo sumário é o seguinte:

“Duzentos mil mortos desde a invasão.

Várias aldeias eliminadas em resultado de ataques aéreos.

Campos de concentração, torturas e prisões.

Ausência total de liberdade de expressão e associação.”

Este massacre terminou por atingir duramente a resistência timorense. Em 20 de novembro de 1992 foi preso Xanana Gusmão. Mesmo assim, a luta do povo timorense continua, sob as mais diferentes formas.

E o fator impulsionador desta determinação de luta é a rebeldia contra a opressão exercida pelos indonésios e o desejo da independência e autodeterminação do povo do Timor.

Apesar de a Indonésia tentar passar a falsa idéia de que o Timor não tem uma identidade própria e que a anexação do Timor-Leste foi fruto do desejo daquela população, os fatos demonstram cabalmente o contrário. A quantidade de pessoas assassinadas pelos indonésios indica a determinação de luta do povo timorense e a resistência desse povo à ocupação violenta e ilegal feita pela Indonésia.

Essa determinação se explica pela rebeldia contra a agressão do invasor, pelo desejo de construção de sua pátria e pela afirmação de sua identidade própria. Xanana Gusmão, em seu livro *Um povo, uma Pátria*, caracterizou a identidade étnica, histórica, cultural e religiosa do povo timorense. Ele afirmou que: “A secular dominação portuguesa contribuiu para definir o espaço territorial, identificado como Timor-Leste, habitado por um povo que adquiriu personalidade própria, que se chama Maubere.” É a disposição desse povo de construir uma pátria independente que explica a sua tenacidade em lutar contra a potência agressora.

A história tem-nos demonstrado que países pequenos e pobres como o Vietnã e Cuba são capazes, pela determinação de seu povo, de derrotar países fortes e ricos. A amplitude e o tempo de resistência do povo da pequena Timor-Leste mostra a sua decisão de construir um novo futuro para os seus filhos.

Outro fator que tem aguçado a rebeldia do povo timorense é a repressão religiosa desencadeada pelo Governo indonésio. A proibição da celebração da missa em “tetum” não foi acatada pelo clero e pelo bispo local, Dom Ximenes Belo, membro destacado da resistência timorense.

A participação de padres na justa luta do povo timorense tem tido como consequência uma violenta repressão do Exército indonésio. A

ocupação do Timor-Leste pelas tropas da Indonésia nunca foi aceita pela Organização das Nações Unidas. A Resolução do Conselho de Segurança da ONU, de 22 de dezembro de 1985, reconheceu o direito inalienável do povo do Timor-Leste à autodeterminação e independência e determinou que o governo indonésio retirasse, sem demora, todas as suas forças do território timorense. Por outro lado, a Assembleia Geral da ONU, em 1º de dezembro de 1976, lamentou de forma decidida a negativa do governo indonésio de aplicar as resoluções da ONU e “rejeitou a alegação segundo a qual o Timor-Leste havia se integrado à Indonésia na medida em que a população do território não teve condições de exercer livremente seu direito à autodeterminação e independência”.

A Anistia Internacional, que por sinal conta com seu representante aqui, enviou documento ao Comitê Especial de Descolonização das Nações Unidas, datado de 11 de julho deste ano, intitulado *Timor-Leste, vinte anos de violações*, onde afirma que “a Indonésia tem administrado o Timor-Leste nos últimos 20 anos. Durante este período, os direitos dos leste-timorenses suspeitos de atividades pró-independência têm vindo a ser sistematicamente violados. A Anistia Internacional lamenta que na Declaração que hoje fazemos tenhamos de mais uma vez chamar a atenção dos Estados-membros das Nações Unidas para um inventário de violações dos direitos humanos em Timor-Leste. Em face de um renovado esmagamento pelo Governo indonésio dos direitos básicos dos leste-timorenses, a Anistia Internacional aproveita esta oportunidade para descrever as violações e propor recomendações que, caso sejam implementadas, poderão melhorar a situação dos direitos humanos”.

O documento da Anistia Internacional afirma que, “embora o ICRC tenha acesso aos detidos, a Anistia Internacional continua a receber informações de que os presos políticos são regularmente torturados. Mesmo os presos que são visitados pela Cruz Vermelha não estão livres de torturas, antes ou depois das visitas. Os presos contam que são pressionados a não descrever as torturas e maus-tratos de que são alvo à Cruz Vermelha. Pelo menos um detido revelou ter sido pressionado a recusar encontrar-se com a Cruz Vermelha”.

Esta semana recebi um novo informe da Anistia Internacional, datado de 14 de setembro. O texto trata de novas violências contra o povo timorense e diz que “os distúrbios começaram em 8 de setembro, aparentemente provocados pelas notícias de que um guarda penitenciá-

rio indonésiano teria insultado a Igreja Católica. Os protestos se espalharam pela cidade e houve ataques contra a polícia e migrantes indonésianos. Carros, lojas e um mercado foram incendiados. Entre 50 e 100 pessoas teriam sido detidas pela Polícia e pelo Exército". O informe alerta que "até 22 pessoas estariam detidas em Dili, Capital. A Anistia Internacional teme que há um sério risco de tortura e espancamento dos presos, e há informações que algumas pessoas já foram severamente espancadas".

Numa demonstração clara de disposição de busca e de diálogo – isso é importante que se diga: apesar de toda essa situação, há uma tentativa de diálogo no sentido de procurar uma saída para essa grave situação do Timor-Leste – o Conselho Nacional da Resistência Maubere apresentou um Plano de Paz, dispondo-se a participar de negociações, no âmbito da ONU, sem pré-condições, com a Indonésia. O plano propõe três fases: a primeira, a fase humanitária, com a desmilitarização do território, com a formação pela ONU de uma força policial timorense, a nomeação de um representante do Secretário-geral da ONU, residente no território e a libertação dos presos políticos. A segunda fase, da autonomia, com a legalização dos partidos políticos e a eleição de uma Assembléia Territorial organizada e supervisionada pela ONU; com a eleição por essa Assembléia de um governador timorense, e a retirada do restante das forças e funcionários indonésios. A terceira fase, auto-determinação, com a realização de consulta popular sobre o futuro do Timor, organizada pela ONU.

Todavia, a Indonésia insiste em excluir os representantes do Timor-Leste das conversações que realiza com Portugal. No entanto, não há a menor possibilidade de uma solução para a questão do Timor-Leste sem que o seu povo participe diretamente nas discussões e na procura de uma solução.

Foi para discutir esta situação que realizou-se em Lisboa, entre os dias 31 de maio a 2 de junho do corrente ano, a Conferência Interparlamentar de Lisboa sobre o Timor-Leste, com a participação de 77 parlamentares de 31 países dos diversos continentes, onde tive a honra de representar o Parlamento brasileiro.

Naquele evento o Presidente de Portugal, Mário Soares, que não compareceu devido a um acidente, teve sua mensagem lida na abertura, onde foi categórico em seu posicionamento em relação ao Timor-Leste, ao afirmar: "O povo de Timor-Leste tem mostrado uma inegável capa-

cidade de resistência e acabará por impor os seus legítimos direitos. As ditaduras não são eternas. Nós, portugueses, temos boas razões para o afirmarmos. Ao contrário do que pensam muitos pessimistas, o tempo não corre favorável aos ditadores. O movimento internacional de solidariedade para com Timor-Leste é irreversível. Esta Conferência Interparlamentar revela bem a extraordinária amplitude desse movimento. Os timorenses, apesar das dificuldades presentes, têm todas as razões para ter esperança. Que esta reunião seja mais um passo decisivo nesse caminho. São os meus votos mais sinceros."

Falou também o Dr. Miguel Angel Martinez, Presidente da Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa. Afirmou que o interesse dessa Assembléia na questão do Timor-Leste está relacionado com a defesa dos direitos humanos. Afirmou ainda que a Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa condenou firmemente a anexação do Timor-Leste pela Indonésia, considerando-a uma violação do direito internacional dos povos à autodeterminação.

O Dr. Ramos Horta, representante especial do Conselho Nacional da Resistência Timorense, leu uma intervenção redigida por Xanana Gusmão, da prisão de Cipinang, Jacarta, onde ele denuncia "a abusiva e intolerante violação dos direitos humanos em Timor-Leste, um caso de ambição militarista de expansão territorial que nega o direito fundamental que assiste ao povo maubere de escolher o seu próprio destino". Mais adiante ele afirmou: "Fazemos votos para que, uma vez na vida, os timorenses segurem nas suas mãos a responsabilidade que cada filho de Timor-Leste deve possuir e sejam possuídos da coragem e do espírito de luta dos nossos ancestrais, para afirmarmos ao mundo que somos um povo e temos uma pátria, violada há 19 anos e meio, sob a complacência dos governos ocidentais. Uma vez na vida, sejamos timorenses, sejamos dignos do nosso povo! Se as nossas posturas não envergonharem a nossa pele nem insultarem o nosso espírito de guerreiros de uma pequena meia-ilha, a solução será em breve encontrada para a felicidade do nosso povo."

A Conferência Interparlamentar sobre o Timor-Leste, com a participação de países de todos os continentes, representou um importante passo no crescimento da solidariedade internacional à luta do povo timorense.

A Conferência terminou por aprovar a Declaração de Lisboa, onde exorta a Indonésia a cumprir as resoluções da ONU sobre o Timor-

Leste; apela às Nações Unidas para que assegurem o respeito aos direitos humanos em Timor-Leste; exige a libertação imediata de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos; solicita à ONU que proclame o dia 7 de dezembro como Dia Internacional do Timor-Leste e presta homenagem à heróica e trágica saga do povo de Timor-Leste em defesa da sua liberdade e identidade, afirmada ao longo dos séculos.

O Governo brasileiro até agora tem tido uma posição tímida, para não dizer omissa, sobre a questão do Timor-Leste. Historicamente a política externa brasileira tem sido de defesa da autodeterminação dos povos. Neste caso, com uma razão a mais, pelo fato de participarmos, Brasil e Timor-Leste, da comunidade internacional de língua portuguesa.

Torna-se, pois, imperativo, uma posição do Governo brasileiro de apoio à justa luta do povo de Timor-Leste pela sua autodeterminação e soberania e contra os atos de violência praticados pelas forças da Indonésia.

Com esse objetivo, inclusive, pretendemos, hoje, às 15 horas, visitar o Ministério de Relações Exteriores. Aproveito a oportunidade para fazer um convite a todos os parlamentares aqui presentes, para discutir no Ministério de Relações Exteriores a posição do Brasil relativa ao Timor-Leste.

O povo brasileiro tem o dever de solidariedade para com o oprimido povo de Timor-Leste. A solidariedade à luta pela independência e autodeterminação, a luta pela imediata libertação de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos e a luta pela abertura de uma representação da resistência timorense no Brasil são partes integrantes da nossa solidariedade ao povo timorense.

Durante o regime militar recebemos a solidariedade ativa dos povos de inúmeros países do mundo. Lembro-me, Sr. Embaixador de Portugal, de que, quando fui preso e violentamente torturado na década de 70, o povo português também foi às ruas, para manifestar a sua solidariedade aos presos políticos brasileiros, aqueles que, como eu, eram torturados nas câmaras da ditadura.

Nesse sentido, acho que nós, brasileiros, temos o dever de prestar solidariedade à luta justa das vítimas da repressão, ao seu desejo de autodeterminação e contra a violência que atinge milhares de pessoas.

O nosso empenho agora é no sentido de construir um país com igualdade e justiça social. E a solidariedade ao povo do Timor-Leste é

parte integrante dessa luta, por uma sociedade mais justa.

Agradeço a todos por sua presença: às autoridades; ao Sr. Governador do Distrito Federal; e, em particular, aos representantes da resistência timorense.

Finalizando, quero dizer que o povo brasileiro tem de ampliar a sua solidariedade. Sinto que às vezes, pelas dimensões continentais do nosso País, ficamos um pouco distantes dessas questões internacionais. Parece que nos contentamos em tratar apenas dos problemas continentais do Brasil. No entanto, há uma ligação intrínseca entre os nossos e os problemas dos outros povos que lutam pela liberdade e pela independência.

Parabenizo esta Casa, na pessoa do Sr. Presidente, Luís Eduardo, que apoiou essa iniciativa. E vamos ver se esse é um ponto de partida para que não só na Câmara dos Deputados e no Governo brasileiro, mas, sobretudo, no seio da sociedade brasileira se amplie a solidariedade à luta dos povos, com um respaldo efetivo à luta desse povo irmão que habita o Timor-Leste.

Pronunciamento do Deputado Federal Severino Cavalcante (PE), pela liderança do Bloco – Partido da Frente Liberal e Partido Trabalhista Brasileiro

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, convidados,

A História, no dizer de Júlio Dantas, é um dinamismo contínuo que arrasta consigo o passado e o incorpora ao instante em que vivemos.

Sob essa ótica, não podemos deixar de reconhecer que o movimento em favor da libertação do povo do Timor-Leste não deixa de apresentar aquele sentido de continuidade que revela os povos e a si próprios, inspirando-lhes o orgulho de sua missão e a fé em seus destinos.

O Partido da Frente Liberal, honrando suas tradições, delegou-me a incumbência de solidarizar-se, nessa Sessão, com a luta da resistência do Timor-Leste, movimento que, em suas múltiplas dimensões, resume o universo de valores e de aspirações daquela gente.

Vejamos, a propósito, em largos traços, os aspectos circunstanciais mais importantes e os antecedentes mais imediatos, que mobilizam as energias dos patriotas daquele rincão do Extremo Oriente.

A parte leste do Timor corresponde a uma área de 18.899 km² - ocupada por Portugal em 1586 - e, segundo o último censo conhecido, de 1971, contava com 748.000 habitantes.

Produzindo arroz, cana-de-açúcar, café, mandioca, cacau, Timor viveu com tranquilidade até 1974, quando da derrubada do regime do Professor Marcello Caetano, ocasião em que se instalou o caos institucional e o governo comunista português liderado por Vasco Gonçalves retirou-se de maneira abrupta e desastrosa de Timor, entregando seus habitantes à própria sorte e à luta fratricida entre os diversos grupos

políticos que compunham o espectro político local: a Fretelin (Frente Timorense de Libertação), de orientação comunista, a UDT (União Democrática de Timor), que defendia a manutenção dos laços com Portugal, e a Apodeti, ligada ao governo da Indonésia.

Entre 1974 e 1975 a Fretelin cresceu em força, em detrimento das outras correntes. Já em agosto de 1975, a UDT tenta tomar o poder, com a oposição da Fretelin, iniciando-se então a guerra civil, que, em menos de um mês, deixou um saldo de 3.000 mortos, e, ainda, em agosto, Portugal retira-se de Timor e, em setembro do mesmo ano, a Fretelin assume o poder em Dili, e apela ao governo português no sentido de o mesmo assumir a sua autodeterminação.

Segue-se mais um período de turbulências, e, em 28 de novembro de 1975, a Fretelin, sob o comando de Xavier do Amaral, proclama a independência, em oposição à UDT, Cota e Apodeti, sendo que este último apela à Indonésia para que ocupe e anexe o Timor-Leste.

Em 7 de dezembro de 1975, a Indonésia invade Timor-Leste, com grande força militar, iniciando-se, então, uma guerra de guerrilhas, onde o governo indonésio emprega armas químicas, destrói plantações e cria campos de concentração, onde são presos milhares de cidadãos timorenses. Sobrevêm fome e destruição, e de acordo com organismos internacionais, aproximadamente 250.000 pessoas são mortas, 1/3 da população de então, constituindo-se um dos maiores genocídios do nosso tempo. Em março de 1983, negociações da Indonésia com a Fretelin estabelecem um cessar-fogo. Em 1984 tem início o processo de resistência civil.

No dia 18 de março de 1989, forma-se em Lisboa a Convergência Nacional, frente política que reúne a Fretelin e a UDT, e, em 11 de dezembro de 1991, a Indonésia reprime, violentamente, as manifestações, que são conhecidas como o Massacre de Dili, onde 270 pessoas são mortas friamente, sem nenhum direito de defesa. Em seguida é preso e condenado à prisão perpétua o líder da luta em prol da independência, José Xanana Gusmão.

Ao longo desses 20 anos, o povo de Timor-Leste trava uma luta de vida e de morte por sua autodeterminação, contra o esmagamento cultural e étnico a que é submetido; como a proibição de professarem a fé católica; a repressão aos membros do clero; a islamização forçada da população autóctone; devo destacar, também, a supressão do ensino da

língua portuguesa nas escolas de Timor e o expurgo dos postos da administração de todos os elementos de ascendência lusitana, constituindo isto em constantes atentados aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Atualmente, o governo português do Primeiro-Ministro Cavaco e Silva retomou o patrocínio político do movimento pela independência de Timor-Leste, apoiando, expressamente, as ações da Convergência Nacional num reparo de grave irresponsabilidade dos comunistas e socialistas na década de 70.

Neste instante, desejo apelar ao Presidente Fernando Henrique no sentido de determinar ao Itamaraty que tome posições firmes em defesa do patrimônio cultural comum, ameaçado em Timor-Leste, sugerindo que no fórum da ONU o Brasil se posicione de maneira insofismável em defesa da independência daquele país ocupado.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, para solicitar a inserção nos Anais desta Casa, como parte integrante desse pronunciamento, de artigo publicado no *Diário de Pernambuco*, do dia 1º de fevereiro de 1995, do jornalista e escritor Marco Aurélio de Alcântara, sob o título "Timor-Leste – Desafio à comunidade lusófona", onde aquele intelectual pernambucano retrata as vicissitudes do povo de Timor e sua luta.

Assim, ao falar em nome do PFL, saudando a brava gente de Timor-Leste, o faço na certeza de que seus ideais de libertação, que inspiram sua luta, continuam a guiar os impulsos do espírito nacional, impregnado daquela lição de História segundo à qual as tiranias são acidentes efêmeros no itinerário político dos povos, até porque as conquistas das liberdades são definitivas, imprescritíveis e eternas.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Diário de Pernambuco – 1º-2-95 – pág. A-2

TIMOR-LESTE– DESAFIO À COMUNIDADE LUSÓFONA

Marco Aurélio de Alcântara

Rui Palma Carlos, arquiteto, pintor, ex-militar, é autor de um livro que foi sucesso de livraria em Lisboa, nos anos 80: *Eu fui ao fim de Portugal*. Ele trata, de forma romaneada, de uma das questões mais polêmicas do processo de descolonização do Ultramar português: o abandono de Timor-Leste à própria sorte. Até hoje, as populações lusotimorenses continuam órfãs, sitiadas pela Indonésia, e humilhadas por uma política repressiva de esmagamento cultural.

Presos estão os seus líderes mais expressivos, um deles o já legendário Xanana Gusmão. Recentemente, foi fechada a Universidade de Dili; e, após os protestos de um grupo de estudantes nos jardins da Embaixada dos Estados Unidos em Jacarta, a imprensa internacional fez um silêncio sepulcral. A posição de Timor-Leste passa a ser incômoda à política norte-americana de apaziguar os seus parceiros do Sudeste Asiático, para onde se vêm deslocando maciços investimentos privados dos Estados Unidos, nos últimos anos.

Qual a política da Indonésia em relação a Timor-Leste, desde que Portugal retirou a sua presença militar, na sequência do “25 de abril”?

Eis alguns dos registros mais importantes feitos por amigos de Dili, há algumas semanas, em Lisboa, durante manifestação pró-Timor-Leste, organizada pelos comitês de resistência instalados na capital portuguesa:

- limpeza e expurgo sistemáticos de elementos de origem luso-timorense da administração pública;

- controle do acesso de estudantes politicamente indesejáveis à universidade;

- prisão domiciliar de elementos ligados aos movimentos de resistência;

- prisão e torturas física e psicológica - já denunciadas à Anistia Internacional - de timorenses de origem portuguesa, mestiços, nas prisões da Indonésia, retirando-os de Dili;

- obrigação de falar outras línguas nativas e inglês, nas escolas públicas e nas transações oficiais e atos de comércio, de modo a banir, progressivamente, o Português, que passou a ser língua de resistência política e “subversiva”;

- repressão religiosa e cerco crescente à hierarquia da Igreja Católica, embora haja a tentativa oficial de Jacarta de cooptar bispos e padres.

Até que ponto interessa ao Brasil e à sua diplomacia conduzir gestões para resolver a questão de Timor-Leste, no âmbito da ONU?

De plano, o respeito aos direitos humanos dos habitantes de metade da ilha de Timor e à minoria étnica de ascendência portuguesa, mas, também, a preservação da cultura comum, baseada no mesmo idioma e na tradição cristocêntrica, em face do expansionismo muçulmano em todo o arquipélago indonésio.

Seria este certamente o tema que representantes timorenses levariam ao Presidente Itamar Franco no mês de novembro, em Lisboa, caso tivesse acontecido a cimeira dos países de língua oficial portuguesa. Mas sua discussão é atualíssima e deveria inserir-se na política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Se boa parte dos timorenses foi, no passado, combatente da Fretelin, hoje a situação é outra; seu inimigo é a Indonésia. Rui Palmas Carlos, no seu livro, lembra a conversa que teve com um certo padre Fernandes, que ele deixou na ilha, em 1975: "Vá alguém por essas montanhas fora e experimente perguntar ao mais rude dos camponeses se ele quer ser indonésio. Ninguém quer! Se os deixassem, iam todos para Portugal".

Timor-Leste e a Declaração de Independência

Em 20 de maio de 2002, Timor-Leste tornou-se oficialmente independente. Este processo foi o resultado de uma longa luta por liberdade e autodeterminação. A Declaração de Independência, assinada em 20 de maio de 2002, marcou o fim da ocupação indonésia e o início de uma nova era para o país. A declaração foi aprovada por uma Assembleia Constituinte formada por representantes locais e internacionais. Ela estabeleceu a estrutura básica do novo Estado, incluindo a separação de poderes e a garantia de direitos fundamentais. A Declaração também afirmou o compromisso de Timor-Leste com a paz, a cooperação regional e a integração na comunidade internacional.

A Declaração de Independência de Timor-Leste é um documento histórico que define a identidade e a soberania do país. Ela estabelece a base legal para a construção de um Estado democrático e desenvolvido. A declaração também reconhece a importância da cultura e das tradições locais na formação da identidade nacional. Além disso, ela afirma o compromisso de Timor-Leste com a promoção da justiça social e da equidade. A Declaração é um símbolo de esperança e de fé no futuro do país. Ela representa a vitória da luta por liberdade e a realização de um sonho antigo de um povo.

Como resultado da Declaração de Independência, Timor-Leste passou a ser reconhecido como um Estado soberano. Isso permitiu que o país participasse de organizações internacionais e que estabelecesse relações diplomáticas com outros países. A Declaração também abriu caminho para a implementação de reformas políticas e econômicas. No entanto, o processo de construção de um Estado democrático e desenvolvido ainda está em andamento. É necessário continuar a trabalhar para fortalecer as instituições e garantir a plena realização dos direitos fundamentais.

Pronunciamento da Deputada Federal Sandra Starling (MG), pela liderança do Partido dos Trabalhadores

Senhor Presidente, nobres Pares, Srs. Representantes do povo do Timor-Leste, representantes da Anistia Internacional, Governador do Distrito Federal, Srs. Embaixadores, Sr^{as}. e Srs.,

Quem, dentre nós, brasileiros, poderia, sem hesitar, apontar em um mapa a exata localização de Timor-Leste? Quem poderia dizer o nome de sua capital? Quantos conseguiriam falar sobre a sua origem histórica, a sua cultura e os seus costumes ou discorrer sobre a luta do seu povo?

Lamentavelmente, é provável que poucos, mesmo entre os mais bem informados, consigam fazê-lo.

Alguns podem argumentar que esta ignorância deve-se, fundamentalmente, à reduzida dimensão geográfica e demográfica desse País. De fato, Timor-Leste é pequeno: tem menos de 20.000 km² e sua população mal chega a 1 milhão. Trata-se apenas de parte de uma ilha, dentre as 15 mil de um grande arquipélago do Oceano Índico.

Porém, a luta de seu povo, oprimido há vinte anos pelos governos da Indonésia, não é pequena. Ela tem a grandeza moral das lutas justas e a dimensão épica dos embates desiguais. De um lado está um Davi combativo e determinado, embora ainda muito isolado e ignorado, e, de outro, um terrível Golias: o governo do General Suharto. Um governo ditatorial responsável pela morte de mais de um milhão de pessoas em apenas três meses. Um governo que prende e tortura adversários políticos. Um governo que permite a devastação de suas ricas florestas tropicais. Um governo cujo Parlamento possui 100 de seus membros designados pelas Forças Armadas. Enfim, um governo que, parafraseando Tomas Carlyle, poderia muito bem ser definido como "um despotismo, temperado pelo cinismo".

Cinismo este que se manifesta na negação do direito do povo do Timor-Leste à autodeterminação, nas tentativas de erodir a identidade cultural da população timorense, proibindo-a de falar o português, no

empenho em ocultar do mundo, através da censura e ardis dos mais variados, a luta de Timor-Leste.

No entanto, tudo isso é em vão, porque a luta dos timorenses, além de grande, não é anônima. Ela tem rostos. Ela tem os rostos das 200.000 pessoas mortas pelo regime de Jacarta desde a invasão de 1975. Ela tem os rostos dos quase 300 estudantes friamente assassinados no "Massacre de Santa Cruz". Acima de tudo, ela tem uma face: a face aprisionada de seu grande líder, Xanana Gusmão, encarcerado há mais de dois anos nas masmorras de Cipinang, em Jacarta.

Mas se a luta do povo timorense é grandiosa e tem milhares de rostos, por que é ignorada por nós? E especificamente, por que ela é ignorada pelo Poder Executivo brasileiro?

Sabemos que as grandes potências fecham os olhos à tragédia do Timor-Leste por motivos que são racionais e pragmáticos, porém moralmente condenáveis. Elas consideram a Indonésia uma potência econômica emergente do "bloco Pacífico" e reconhecem em Suharto um aliado fiel, que soube desempenhar, com exemplar eficiência, o papel de "caçador de comunistas" na época da Guerra Fria. E o nosso governo por que o faz? Estaríamos conduzindo a nossa política externa em bases puramente pragmáticas? É este um dos preços que temos que pagar pela "modernidade"? Será que uma das pré-condições para o ingresso na nova ordem mundial é a do abandono de quaisquer valores éticos?

Nietzsche, um filósofo que sabia enunciar verdades terríveis, escreveu certa vez que "só os bárbaros podem se defender".

Esta frase parece caber como uma luva na realidade da nova ambiência internacional. Com efeito, o esfacelamento da antiga ordem mundial baseada na bipolaridade Leste-Oeste, aliado ao processo de globalização econômica, tão elogiado por nossos ingênuos neoliberais de plantão, vem gerando um quadro de fragmentação política e social de consequências nefastas.

Uma das principais características desta nova ordem mundial é a generalização da violência associada ao acirramento da competição econômica e ao colapso da velha estrutura político-ideológica internacional. Por toda a parte, os conflitos se multiplicam. Há, inclusive, como bem definiu Hans Magnus Enzensberger, uma guerra civil "molecular" em quase todas as metrópoles do mundo. O pior, entretanto, é que esses conflitos parecem desprovidos de racionalidade política e de sentido

ideológico. São comandados por nacionalistas e crenças religiosas de caráter primitivo e irracional, e acabam redundando em uma selvageria sem precedentes.

Ao que tudo indica, estamos caminhando celeremente, graças ao predomínio do paradigma neoliberal, para um mundo "hobesseniano", sem instituições capazes de regular eficazmente qualquer embate. O abandono dos valores clássicos do iluminismo, agora continuamente ridicularizados pelos teóricos neoliberais, parece ser generalizado.

No entanto, recuso-me a acreditar que seremos obrigados a viver em um mundo onde os conceitos de fraternidade e igualdade não passem de quimeras de um passado quixotesco. Um mundo baseado na competição acirrada, em genocídios e na indiferença em relação à sorte dos nossos semelhantes não pode se sustentar. Até mesmo um teórico da economia de mercado deve entender isso.

Assim, o caso de Timor-Leste impõe não apenas uma revisão de certos aspectos da nossa política externa, mas também uma reflexão sobre o mundo em que desejamos viver. Por isto, gostaria de contrapor à frase crua e algo cínica de Nietzsche, uma passagem singularmente bela da peça *O Rei Lear*, de Shakespeare:

"Quando a dor tem irmãos e a angústia amigos/
a alma nem sente inúmeros castigos."

Esta passagem, magnífica em sua singeleza e imortal em seu conteúdo, apesar de não ser "moderna" no sentido cronológico, nos sugere que a solidariedade e o respeito incondicional aos direitos humanos, dentre eles o inalienável direito à autodeterminação, devem se constituir em parâmetros incontornáveis que pautem a condução de nossa política externa.

Tal atitude, que poderia concretizar-se em um apoio efetivo à causa de Timor-Leste, só nos engrandeceria como nação, pois estes valores, além de serem meritórios em si mesmos, propiciariam um novo sentido estratégico à nossa inserção no plano internacional.

Se isto acontecer, e podem estar certos que o Congresso Nacional não poupará esforços neste sentido, é provável que, em pouco tempo, a justa causa do povo timorense se transforme em causa dos brasileiros, assim como é causa dos portugueses e dos angolanos, dentre outros.

Desta maneira, quando perguntados sobre a localização de Timor-Leste, mesmo ainda tendo dificuldades em apontá-lo no mapa, teremos condições de dizer, com a mão no peito: "Timor-Leste é aqui, em nossos corações".

Pronunciamento do Deputado Federal Roberto Valadão (ES), pela liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados; cumprimento também o Sr. Governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque; Sr. Embaixador de Portugal, Pedro Ribeiro de Menezes; Ministro Conselheiro da Embaixada do Uruguai, Sr^a. Cristina Figueiroa; cumprimento a Sr^a. Zenaide de Souza Panpouja, Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia; Sr. Calixto Ramos, da CNTI; Sr. Reginaldo Oscar de Castro, Presidente em exercício da OAB; cumprimento o Pastor Ulrico Sperb; cumprimento o Sr. Embaixador do Haiti, Sr. Turenne Jean Enard.

“Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem de harmonia com o Direito Internacional, de promover e garantir o direito à autodeterminação e independência de Timor-Leste.”

Este texto do artigo 293 da vigente Constituição da República Portuguesa traduz o compromisso de Portugal com a autodeterminação e independência do Timor-Leste.

Timor-Leste está situado no extremo oriental do Arquipélago de Sunda, cerca de 600 km de Darwin, o aeroporto australiano mais próximo, e a 2.200 km de Jacarta, a capital da Indonésia, na ilha de Java.

Seu território compreende também o enclave de Ocussi, as Ilhas de Ataúro e Jaco, ao todo cerca de 19.000 km². No seu mar existem reservas de petróleo, consideradas entre as 20 maiores do mundo. Sua população, de maioria animista, 1/3 católica, era, no ano de 1975, de cerca de 700 mil habitantes.



O Deputado Luís Eduardo, presidente da Câmara dos Deputados, cumprimenta o 1º Secretário da Embaixada de Portugal, ao centro o Embaixador de Portugal, Pedro José Ribeiro de Menezes



O Ministro Interino das Relações Exteriores, Sebastião do Rego Monteiro, recebe o Embaixador Roque Rodrigues da Resistência Timorense, diante do Palácio do Itamaraty. Ao centro, o Ministro Federal Aldo Aguiar



O Embaixador Roque Rodrigues e o Engenheiro Luís Cardoso de Noronha, representantes da Resistência Timorense, assistem à Sessão Solene no Plenário da Câmara dos Deputados



O governador Cristóvam Buarque, do Distrito Federal, ao lado do Secretário da Embaixada de Angola, Dr. Quintino Faria, e de representantes da Embaixada de Portugal



Relações Exteriores. Neto, cumprido Rodrigues, da durante audiência o, o Deputado rantes



O Embaixador Roque Rodrigues fala em nome da Resistência Timorense, na abertura da exposição de FOTOS e Cartazes, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados

Os portugueses chegaram a Timor-Leste, atraídos pelo comércio de sândalo, em 1515. Em 1613 chegaram e estabeleceram-se na parte ocidental da Ilha os holandeses, que formalizaram tratados entre Portugal e Holanda para fixação das fronteiras, afinal aceitas até 1975.

Entre 1945 – ano em que as Índias Orientais Holandesas se tornaram a República da Indonésia – e 1975, o governo indonésio declarou, nas Nações Unidas ou fora delas, que não tinha pretensões territoriais sobre o Timor-Leste. Até 1973, a Assembleia Geral da ONU aprovou várias resoluções defendendo o direito e a autodeterminação do Timor-Leste, bem como de outras colônias portuguesas. No rastro da Revolução dos Cravos, em Portugal, as autoridades lusitanas em Timor-Leste retiraram-se do território sem dar início ao processo de “descolonização”. A partir de 1983 não foi mais possível lograr apoio suficiente da comunidade internacional para a aprovação de resoluções em prol da autodeterminação timorense.

Completam-se, então, em 1995, vinte anos de ocupação do Timor-Leste pela Indonésia. Nesse percurso, perseguições, torturas, assassinatos, restrições de todo tipo à liberdade, com violações constantes dos direitos humanos, constituem um verdadeiro massacre àquele povo pobre, miserável, indefeso. Tantos e tão prolongados abusos, no entanto, muito pouco têm repercutido nacional e internacionalmente. Quase simbólicos têm sido os protestos, inócuos. As medidas da ONU também têm sido inócuas. Solitários e impotentes os apelos da comunidade portuguesa em favor da liberdade do país irmão.

Aparte do Deputado Nilmário Miranda:

Deputado, aproveitando que V. Ex^a é Vice-Presidente da Comissão dos Direitos Humanos e está representando nesta ocasião o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, desejamos, em nome da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, transmitir a nossa solidariedade ao povo do Timor-Leste. Recebemos na Comissão um documento do Centro de Estudo e Solidariedade Amilcar Cabral que parabeniza nossa Comissão pela vitória na questão dos mortos e desaparecidos políticos e por nossa atuação em Corumbiara, quando do massacre dos camponeses. O Centro de Estudo e Solidariedade Amilcar Cabral apela à Comissão para protestar contra o genocídio praticado pela Indonésia no Timor-Leste e nos remete documentos da Comissão dos Direitos do Povo Maubere. Recebemos da Anistia

Internacional um informe denunciando prisões arbitrárias, em particular do líder Xanana Gusmão. Ela denuncia que 26 presos foram condenados a prisão perpétua sem as devidas garantias, e a prática de torturas, de execuções extrajudiciais e o desaparecimento de pessoas ligadas à resistência do povo de Timor-Leste. A Comissão dos Direitos Humanos solidariza-se com o povo de Timor-Leste. O Deputado Fernando Gabeira vai representar a Comissão dos Direitos Humanos, no Ministério das Relações Exteriores, às 15 horas, pedindo apoio para a abertura de uma representação do povo de Timor-Leste em nosso País. Aproveito esta ocasião em que V. Ex^a, Vice-Presidente da nossa Comissão, está com a palavra para anunciar a nossa solidariedade a esse povo, sobretudo em relação as graves violações dos direitos humanos praticados pela Indonésia.

Deputado Roberto Valadão:

Agradeço a V. Ex^a o aparte, Deputado Nilmário Miranda, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, agora Comissão Permanente da Câmara.

Deputado Arthur Virgílio:

V. Ex^a diz muito bem quando se recorda de que o movimento democrático português, chamado Revolução dos Cravos, havia optado pela diretriz da descolonização do Timor-Leste. Daí em diante a comunidade internacional se queda estupefata em face da invasão da Indonésia, território fadado a conquistar a sua liberdade. Nesses vinte e cinco anos 350 mil opositores do regime ditatorial foram assassinados. Tivemos, numa só manifestação de jovens, 273 cabeças imoladas pela causa da liberdade do Timor-Leste. E sabemos que há razões comerciais - além das razões que a própria brutalidade pode encerrar - muito claras, envolvendo o petróleo farto de que é dotado esse pequeno país. Por isso, temos de firmar nitidamente posição. O Governo brasileiro e a comunidade internacional não podem de forma alguma tolerar que interesses comerciais econômicos da Indonésia se sobreponham ao sonho de liberdade de um povo. O discurso de V. Ex^a vai pela linha de lucidez e da coragem que faz com que a Casa tanto o admire. Sabendo que meu partido se fará representar aqui por excelente Parlamentar, o Deputado Sebastião Madeira, que faz questão de dizer a posição do nosso partido e a sua posição pessoal a favor da

independência imediata do Timor-Leste, também não poderia deixar de manifestar meu apoio ao povo do Timor-Leste. Creio que isso deve indignar a todos, porque o mundo de hoje não comporta mais manifestações ditatoriais, manifestações imperiais. Não há justificativa para isso. Não há teoria que possa ser apresentada pelo Governo da Indonésia que me satisfaça, em termos de consciência. Parabéns pelo seu discurso e nós, do PSDB, ligados a este Governo, estamos à disposição para gestões no sentido de aprofundar, cada vez mais, a solidariedade oficial do País ao movimento de independência do Timor-Leste. Toda essa manifestação pelo zelo que seu discurso traz, que vem como uma chama de liberdade, que vai chegar, muito calorosamente, aos corações dos representantes desse bravo povo que há vinte e cinco anos luta, mas pressinto que está a um passo de conquistar a sua liberdade.

Deputado Roberto Valadão:

Agradeço ao Deputado Arthur Virgílio Neto. Prossigo, Sr. Presidente.

Não há como afastar o paralelo, senhores, não há como não estabelecer a comparação entre esse quadro de abandono e outro de há cinco anos, também envolvendo a invasão de um país pequeno e indefeso por uma potência vizinha, arrogante e expansionista, mas que provocou o envolvimento de todo o mundo em uma guerra aberta e declarada.

A única diferença: interesses comerciais. É, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ética e a justiça foram definitivamente banidas do rol de princípios que orientam as relações internacionais, substituídas pelos argumentos do vil metal. Por isso, o drama do povo timorense não desperta a compaixão – sequer a atenção – do Mundo Ocidental, como aconteceu com a invasão do Kuwait pelo Iraque.

As reservas petrolíferas estocadas no litoral da pequena ilha seduziram Austrália, Grã-Bretanha e Estados Unidos. As potencialidades do mercado bélico nublaram-lhes as vistas, cegaram-nos às violações dos direitos humanos, endureceram-lhes os ouvidos e os corações, para fazerem-nos aliados dos assassinos e surdos aos gritos desesperados dos oprimidos.

Triste paradoxo: a mesma comunidade internacional que ainda este ano se reunia em festejos a celebrar os 50 anos da vitória contra o totalitarismo nazista permite continuar o genocídio timorense, a dizimação de uma cultura, de uma nação inteira; mantém - não apenas tolera, mas mantém, com sua colaboração econômica e sustentação política - o

regime do general Suharto, ditador da Indonésia e algoz do Timor-Leste.

Nem o Brasil escapa a essa vergonha. Nossa tímida política externa parece mais dedicar-se a não desagradar as grandes potências, a não contestar, a omitir-se, e sempre que possível aderir. Nada justifica a timidez dessa atuação.

Por que a ética pessoal não se estende também ao plano coletivo? Individualmente, nenhum de nós, cidadãos brasileiros – honestos e pacíficos – cogitaria negociar com assassinos ou traficantes de armas. Mas coletivamente, como nação, comerciamos tranqüilamente com a Indonésia – até mesmo armas lhe fornecemos, assim como boa parte do mundo que se diz civilizado. Mais do que isso, chegamos a considerar ingênuos ou alienados aqueles que postulam uma posição contrária mais firme e incisiva.

Sorrimos com ironia quase benevolente ante esses idealistas “meio exóticos e pouco afeitos à realidade”, que insistem em propor um boicote ao invasor indonésio, em defesa do povo do Timor-Leste. Que ouvidos atentos e que corações inflamados não encontrou a mesma pregação, no entanto, quando se fez pela libertação dos campos petrolíferos no Kwait!

É contra essa dicotomia que ora protesto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. A liberdade, a democracia, os direitos humanos e a justiça são conceitos universais que não se podem subordinar a quaisquer interesses, sejam eles comerciais, militares, estratégicos ou de qualquer outra natureza.

Que esta homenagem não se perca no armazém de quimeras em que se acumularam os outros incontáveis protestos que proliferaram nesses vinte anos do calvário timorense. Que finalmente desperte a nação brasileira, tomando consciência de que o destino de cada um dos povos deste Planeta, por menor e mais pobre que seja, está indissoluvelmente ligado ao de toda a humanidade.

Enquanto não aceitarmos essa verdade, enquanto ela não se tornar o norte de nossas decisões políticas, podemos continuar adiando as esperanças de viver em um mundo melhor, mais justo, mais pacífico, menos violento.

...a sociedade, a comunidade, a cidadania que foram profundas
mudanças estruturais e princípios consagrados no processo de evolução da

...menos violento...
...capacidade de viver em um mundo melhor, mais justo, mais pacífico,
...o norte, as massas, os pobres, os humildes, os trabalhadores,
...Enquanto não acontecer essa verdade, enquanto ela não se tornar

...ligados de todos a humanidade inteira...
...deste mundo por inteiro, mais pobre que se já foi, mais desoladamente
...distância, tornando-se cada vez mais desigual, mais injusta, mais
...vital, ainda ao contrário, enquanto, por um lado, um desperdício de

...se acumularam e dos outros, enquanto se acumulavam os problemas, os
...Que esta humanidade se precaria, enquanto de problemas em que
...outro mundo, um mundo melhor, um mundo mais humano, mais

...interiores, enquanto se fazia a libertação dos corpos, petroliíferos no K.Wall,
...antes que os corpos se libertassem, ou antes que os corpos se libertassem,
...mas, assim, enquanto se fazia a libertação dos corpos, petroliíferos no K.Wall,

...indivíduo, enquanto se fazia a libertação dos corpos, petroliíferos no K.Wall,
...Mas coletivamente, como nunca, enquanto se fazia a libertação dos corpos,
...Indolessa - em mesmo ritmo, enquanto se fazia a libertação dos corpos,

...Porque a civilização não se estende também ao plano coletivo?
...a fim de fazer a civilização...
...a não contestar a civilização...
...a fim de fazer a civilização...
...a não contestar a civilização...
...a fim de fazer a civilização...

...regime de governo...
...a não contestar a civilização...
...a fim de fazer a civilização...
...a não contestar a civilização...
...a fim de fazer a civilização...

Pronunciamento do Deputado Federal Sebastião Madeira (MA), pela liderança do Partido da Social Democracia Brasileira

Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Deputados, autoridades e convidados, espero que o drama do povo timorense não seja apenas momentaneamente alvo das atenções desta Casa. Trata-se, com efeito, de uma das questões máximas de solidariedade entre as nações. E, como tribuna permanente de defesa dos direitos humanos, deve a Câmara dos Deputados se unir aos esforços das diversas entidades e países que se encontram empenhados em gestões pelo restabelecimento da paz na região e pela garantia da autonomia timorense.

Embora a descolonização de Timor-Leste tenha sido uma das prioridades do processo político iniciado em Portugal, com a Revolução dos Cravos, a 25 de abril de 1974, a independência da ex-colônia portuguesa limitou-se a apenas 10 dias, no breve período entre 28/11 e 7-12-1975. A partir de então, invadida e absorvida pela Indonésia, seu povo vem sofrendo com as mais severas formas de extermínio. Ao invadir Timor-Leste, a Indonésia cortou o abastecimento alimentar e, por intermédio de bombardeios de herbicidas, destruiu a maior parte das plantações que garantiriam a subsistência da população. A brutal invasão militar, além de impedir a descolonização e frustrar a sonhada liberdade, resultou na morte de 200 mil timorenses, a maioria das vítimas civis desarmados.

Cumprе observar, inclusive, que, muito raramente, sob condições extremas de controle e cerceamento da liberdade de informação, é possível obter imagens televisivas ou fotografadas da violência, da opressão, do sofrimento diário, do medo, da barbárie e do drama impostos ao povo timorense.

Não obstante, tal o acúmulo de evidências que ferem profundamente o conjunto de princípios consagrados no processo de evolução da

civilização, não há mais como esconder a situação absurda e inaceitável de truculência contra vidas humanas. Jamais poderá ser apagado de nossas consciências o horror causado, quando, em dezembro de 1991, na saída de uma missa celebrada *in memoriam* de um estudante assassinado pela repressão, mais de 200 pessoas, inclusive mulheres e crianças, foram covardemente metralhadas por policiais indonésios.

Justifica-se, enfim, plenamente, o repúdio da opinião pública internacional e os crescentes protestos contra a morte de uma nação; contra o esforço sempre continuado de destruir a identidade cultural da antiga colônia portuguesa; contra a ânsia desmedida de domínio e apropriação sobre um território com produção abundante de café, madeiras nobres, gás natural e outros.

Deputado Elias Murad:

Nobre Deputado Sebastião Madeira, quero congratular-me com V. Ex^a e, como um dos Vice-Líderes do nosso partido, o PSDB, trazer nossa palavra de solidariedade ao bravo povo do Timor-Leste e também nosso repúdio às agressões que vêm sofrendo há muito anos. No meu caso particular, ainda me sensibiliza o drama de Timor-Leste porque, sendo descendente de libaneses, brasileiro de primeira geração, tenho vivido de perto o drama do povo libanês que agora, mercê de Deus e da interferência da ONU, caminha para a paz definitiva. Portanto, quero me congratular com o prezado amigo e companheiro de partido e também trazer as nossas esperanças de que tal como aconteceu no Líbano, as Nações Unidas possam interferir e levar a paz àquela região e ao seu sofrido povo.

Deputado Sebastião Madeira:

Agradeço o aparte de V. Ex^a. Não se pode admitir que interesses comerciais com a Indonésia se sobreponham aos supremos valores da livre determinação, ao direito de um país se governar de acordo com suas próprias leis.

A propósito, em atendimento mesmo ao empenho da diplomacia portuguesa, a Assembléia Geral das Nações Unidas, sempre contando o voto favorável do Brasil, e o Conselho de Segurança adaptaram várias resoluções exigindo o respeito pelo direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste e a retirada das forças indonésias. É preciso, no entanto, muito mais em benefício da causa sustentada longamente, com enorme sacrifício, pela resistência timorense.

Como resposta, em uníssono, ao chamado de todos que se sensibilizam com a tragédia de Timor-Leste, este é o momento, pois, de reforçar o apoio brasileiro, dos meios políticos e jornalísticos do País, em defesa da autodeterminação do povo timorense. Está na hora do Governo, em especial o Ministério das Relações Exteriores, ser mais ativo aos últimos resquícios de desconhecimento, descaso e indiferença ainda existentes com relação ao Timor. Com efeito, não há dúvidas sobre o compromisso ético e moral do Brasil com a prestação do auxílio que requer a dramática situação de um dos países-irmão da comunidade lusófona.

Conforme se expressou, em um de seus discursos, Abraham Lincoln, o mais célebre dos estadistas americanos: "Os que negam a liberdade aos outros, não a merecem para eles mesmos". Concluindo, independentemente de quaisquer outras considerações, é preciso acabar em definitivo com a persistente e cruel repressão exercida pelo regime de Jacarta, do General Suharto, sobre o valoroso povo que resiste com bravura e luta a mais legítima das lutas: a luta pela liberdade.

Com a sua política econômica, no âmbito das relações se-
nais, o Brasil, com a taxa de juros, está, portanto, pois, de
retorno ao ponto de partida dos anos quarenta e cinquenta, em
relação à política monetária, pelo menos. Já a relação do Gov-
no, em especial o Ministério das Relações Exteriores, com a moeda
nacional, respectivamente, de desequilíbrio, de fato, é indubitável, ainda
existente com relação ao FMI. Com efeito, não há dúvida sobre o
compromisso ético e moral do Brasil, com a prestação do auxílio das
produções industriais, através de um dos países, ainda da comunidade
industrial.

Com a sua política econômica, em especial, a política indus-
trial, o Brasil, com a taxa de juros, está, portanto, pois, de
retorno ao ponto de partida dos anos quarenta e cinquenta, em
relação à política monetária, pelo menos. Já a relação do Gov-
no, em especial o Ministério das Relações Exteriores, com a moeda
nacional, respectivamente, de desequilíbrio, de fato, é indubitável, ainda
existente com relação ao FMI. Com efeito, não há dúvida sobre o
compromisso ético e moral do Brasil, com a prestação do auxílio das
produções industriais, através de um dos países, ainda da comunidade
industrial.

Pronunciamento do Deputado Federal Adylson Motta (RS), pela liderança do Partido Progressista Renovador

Sr. Presidente, ilustre Sr. Governador do Distrito Federal, Dr. Cristóvam Buarque; Sr. Embaixador de Portugal, Dr. Pedro Ribeiro de Menezes; Sr. Embaixador do Haiti, Dr. Turenne Jean Enard; Sr. Representante da Embaixada de Angola, Dr. Quintino Faria; Sr. Presidente em exercício do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Reginaldo Oscar de Castro; Sr. Vice-Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Dr. Carlos Alberto Almeida; Sr. Representante da Radiobrás, Dr. Danúbio Rodrigues; Sr. Secretário de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, Dr. José Messias de Souza; Sr^{as}. e Srs. Deputados, demais autoridades, senhoras e senhores.

Em 1991 fiz uma visita a Portugal. Havia então um contencioso envolvendo cidadãos de ambos os países. Com um grupo de deputados, fui em busca de uma solução negociada, dentro de acordos internacionais firmados pelos dois países. E, não obstante ser outro o objetivo que me levou àquele país, fiquei sensibilizado pelo que lá assisti: à consternação de todo o povo português com o fato ocorrido recentemente, numa ex-colônia portuguesa: o pequeno enclave, no arquipélago da Indonésia, que se chama Timor-Leste. Naqueles dias, lá havia ocorrido um massacre – segundo dados que me foram transmitidos na ocasião – envolvendo mais de 200 pessoas.

Os deputados portugueses fizeram-me um apelo para que, quando voltasse ao Brasil, procurasse transmitir aqui, no Plenário, a preocupação, a dor, o sentimento, o pesar que os dominava diante daquele ato de violência. E foi exatamente o que fiz: os Anais desta Casa registram manifestação feita por mim em solidariedade ao povo do Timor-Leste, ainda em novembro de 1991.

Sr. Presidente, posteriormente e com muita honra para mim, fui convidado pelo Parlamento português, para – junto com os Deputados Aldo Arantes e Conceição Tavares, com os Senadores Júnia Marise e José Sarney – irmos a Portugal participar de uma reunião, específica-

mente convocada para debater o assunto Timor-Leste. Só não fui porque nos encontrávamos aqui, num momento de decisões muito importantes, sobre reformas e questões de interesse nacional. Mas pedimos ao Deputado Aldo Arantes que nos representasse naquele evento, porque S. Ex.^a conhece o problema de perto.

Então que, se temos aprovado aqui uma legislação muito dura, para combater todos os atos de agressão à natureza, punindo exemplarmente aqueles que, com sua ação predatória, provocam a extinção de espécies animais, não seria um ato de covardia silenciar diante de extermínio de seres humanos? Trata-se, afinal, do massacre de irmãos nossos, que têm nas veias o mesmo sangue que corre nas nossas, ambos originários de Portugal.

Sr. Presidente, por essa razão, envolvi-me na questão do Timor-Leste, com absoluta convicção de ser contra a violência: seja em Luanda, seja na Iugoslávia, ou no Vietnã. Devemo-nos adaptar a um mundo, ao qual costumamos chamar de civilizado e que não comporta mais, portanto, tais procedimentos.

Não tenho nada contra a Indonésia e não vim aqui para ofender aquele país. Afinal, os governos mudam; também mudam as suas filosofias. Vim para solidarizar-me com o povo do Timor-Leste. E vim apelar para o bom senso, o espírito humanitário que certamente deve existir também no povo da Indonésia.

No mundo conturbado de hoje, em que proliferam os conflitos de toda ordem, a palavra "paz" ressoa não mais como aspiração dos povos, mas, sim, como exigência universal, tantas são as energias que ela desencadeia em sua perseguição e os anseios que ela desperta em todos os setores de atividades e todas as classes sociais. Assim como o oxigênio, a água e outros recursos vitais que a natureza oferece ao homem, a paz tem seu valor cada vez mais reconhecido, porque seu custo é cada vez mais elevado.

Ao realizar esta Sessão Solene, a Câmara dos Deputados e, por extensão, o povo brasileiro, aqui representado, referenda a posição da ONU, que tem aprovado inúmeras resoluções que reconhecem o direito à autodeterminação e soberania do povo de Timor-Leste.

Esta comunhão de sentimentos e ideais com o povo de Timor-Leste não basta. Os oradores que nos antecederam expuseram com precisão o drama daquela região, marcada por chacinas e outras violações dos mais elementares direitos humanos. Denunciar ao mundo é um dever de

consciência de todos nós, mas engajarmo-nos na luta empreendida contra tais barbáries, obrigando nossos governos a atitudes objetivas e concretas, é um ato de fé, de crença na política e na diplomacia como elementos fundamentais para se evitar a guerra.

O Brasil tem se posicionado, historicamente, a favor da solução negociada das controvérsias – uma estratégia que José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, montou e executou com maestria na ampliação e consolidação das nossas fronteiras. Somos por formação avessos às agressões e sempre mantivemos, como um dos pilares da nossa política externa, o respeito ao princípio da não-intervenção em assuntos de outros Estados. A cooperação para o desenvolvimento, nos vários níveis, tem sido a pedra de toque de nossa diplomacia, como podemos mais uma vez constatar na visita do Presidente Fernando Henrique à Europa e nos esforços para a dinamização do Mercosul.

Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a questão timorense tem importância emblemática para o mundo inteiro, em particular para o Brasil, razão pela qual em todas as ocasiões votamos a favor das resoluções da ONU de repúdio à ação perpetrada pelas autoridades em Jacarta. Não nos esqueçamos de que, no rastro da Revolução dos Cravos em Portugal, em meados da década de 70, apoiamos a independência das colônias portuguesas – Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, com as quais mantemos profícuas relações políticas, econômicas e culturais. Lamentavelmente, os lusitanos deixaram Timor-Leste sem dar início ao processo de descolonização, o que levou aquele povo a sangrenta guerra civil sufocada pela ocupação indonésia em fins de 1975, fomentada pelas riquezas daquela região: Timor-Leste dispõe de reservas de petróleo estimadas em mais de 5 bilhões de barris.

Confessamos nossa perplexidade com o estágio de violência a que chegou a situação. Segundo relato feito, no último dia 23 de agosto, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, pelo Sr. Roque Rodrigues, que se qualificou como representante da resistência timorense em Lisboa, o regime de Jacarta já eliminou quase um terço da população original de Timor-Leste, estimada em 600 mil habitantes, inclusive com uso de napalm e fósforo branco. Xanana Gusmão, líder da resistência, foi preso em novembro de 1992 e, até hoje, juntamente com tantos outros patriotas, aguarda sua libertação nos porões de Jacarta.

Tivemos importante conferência interparlamentar sobre o Timor-Leste, em Lisboa, de 31 de maio a 2 de junho, com a participação de representantes desta Casa, dos quais pudemos ouvir significativos relatos sobre a situação timorense. Sabemos que o Brasil acredita no diálogo diplomático entre Portugal e Indonésia para uma solução negociada com as facções de Timor-Leste e sem mais derramamento de sangue. Por mais árduo que seja o processo, acreditamos que a solução será alcançada.

A tantos quantos se empenham na busca da paz para o Timor-Leste, gostaríamos de registrar nesta tribuna que nossa identificação cultural com os timorenses, mormente a lingüística, nos estimula a sugerir a remessa, para inserção nos anais da ONU, da íntegra dos pronunciamentos realizados nesta Sessão, para que fique bem claro ao mundo que o povo brasileiro, através de seus representantes políticos e diplomáticos, anseia pelo estabelecimento da paz em Timor-Leste e solidariza-se com todas as iniciativas neste sentido.

Pronunciamento do Deputado Federal Matheus Schmidt (RS), pela liderança do Partido Democrático Trabalhista

Sr. Presidente; Srs. Embaixadores de Portugal, Angola, Haiti; Sr.^a Representante da Embaixada da Grã-Bretanha; Dr. Roque Rodrigues e Dr. Luís Cardoso de Noronha, representantes da Resistência do Timor-Leste, Sr^{as}. e Srs. Deputados, demais autoridades presentes, trago a solidariedade do meu partido – PDT – à luta do povo do Timor-Leste.

É incrível que, depois de tantos anos de ocupação do Timor-Leste, ainda permaneça a situação de opressão daquela nação.

Digo Nação, Sr. Presidente, porque, ao longo desses anos, a opinião pública internacional convenceu-se de que, realmente, o povo do Timor-Leste, pela sua origem, pela sua identidade cultural, constitui hoje uma nação, nação oprimida por um Estado soberano do mundo.

É incrível que ainda, Sr. Presidente, nesse limiar do novo século, nesses tempos que precedem ao terceiro milênio, ainda uma pequena nação do mundo esteja oprimida, não em uma ditadura do governo próprio, como nós tivemos aqui na América Latina, durante tantos anos, mas como é consequência da ocupação de outro país. É incrível que isso ainda ocorra.

O direito de autodeterminação, a não-intervenção em assuntos de outros povos, isso tudo parece que é relegado a segundo plano, quando se trata do Timor-Leste, porque desde 1976 perdura esta incrível situação. As ditaduras que haviam aqui na América Latina, de patrícios nossos que assumiam o poder ditatorial, opressivo, e que mantinham os nossos pares oprimidos, foram, aos poucos, sendo abolidas. As ditaduras mais empedernidas que haviam na terra, desde a ditadura de Franco, na Espanha, de Salazar, em Portugal, no Paraguai, desapareceram. Povos do mundo foram, aos poucos, adquirindo a sua independência e passaram a respeitar o direito de autodeterminação de tantos outros povos, só que ainda perdura essa anomalia que se constitui na ocupação opressora que a Indonésia exerce sobre o Timor-Leste. É uma situação

insustentável, e o nosso País, o Brasil, tem grandes compromissos a respeito do assunto.

A Comunidade das Nações de Língua Portuguesa tem grande compromisso com a libertação do povo do Timor-Leste. É preciso que os estados soberanos desta comunidade: Brasil, Portugal, Angola, Moçambique e outros passem a adotar políticas mais definidas e agressivas a respeito desse tema, exigindo da ONU posturas também mais definidas e mais agressivas no tratamento da matéria. Não se pode imaginar que a essa altura do processo evolutivo da humanidade, a ONU continue ainda numa política dos "panos quentes" a respeito da matéria.

Sabe-se, e todos nós sabemos, que interesses econômicos preponderantes, enormes, existem na região, mas eles não podem sobrepujar o direito de autodeterminação que os povos do mundo têm. Este direito deve pairar sobre os interesses econômicos desse ou daquele Estado soberano do mundo.

É preciso que se tenha uma posição clara e definida a respeito da violação dos direitos humanos no Timor-Leste; não basta a solidariedade a um povo oprimido, sofredor e massacrado pelo tacão da bota da Indonésia. Não basta isso. É preciso que se tenha presente que trata-se de uma ocupação. A opressão advinda dessa ocupação é exercida por um país soberano sobre um povo fraco, desprovido de defesa. É preciso que se faça essa distinção para que se exija da ONU, para que se exija das grandes nações do mundo o respeito ao direito de autodeterminação, fundamentalmente, não apenas o respeito à defesa dos direitos humanos, que tem aquele povo, mas também o direito à sua autodeterminação como nação que, ao longo dos anos, foi se definindo, se identificando culturalmente como uma nação do mundo. Se a ONU não tiver condições de defender o direito de autodeterminação de uma pequena Nação, não estará cumprindo a sua verdadeira finalidade de proteção, acima de tudo, dos interesses dos direitos maiores da humanidade.

Sr. Presidente, quero, então, deixar aqui clara a solidariedade fraterna do meu Partido à heróica luta do povo do Timor-Leste. Povo que, ao longo desses anos, foi adquirindo o respeito e a admiração de todos os democratas do mundo. Portanto, registramos a nossa irrestrita solidariedade fraterna, neste momento em que aquela comunidade passa por todo sofrimento e opressão.

Pronunciamento do Deputado Federal Sérgio Miranda (MG), pela liderança do Partido Comunista do Brasil

Senhor Presidente, Sr^{as.} e Srs. Deputados; Sr. Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque; Sr. Embaixador de Portugal, Pedro Ribeiro de Menezes; Srs. representantes da Embaixada da Indonésia; Sr^a. Marli Santana; Sr. Presidente em exercício do Conselho Federal da OAB; Sr. Presidente do Conselho Federal de biblioteconomia; Sr. representante da CNTI; Primeiro Secretário da Embaixada de Angola; Srs. Membros da Resistência timorense, Roque Rodrigues e Luiz Cardoso de Noronha.

Na Oceania, entre a Austrália e a Indonésia, há um povo que trava uma feroz luta pela paz, pela liberdade e pela independência nacional. O povo Maubere, habitante do Timor-Leste luta há 20 anos contra as forças invasoras da Indonésia.

O Timor-Leste é uma ex-colônia portuguesa que, em 7 de setembro de 1975, após a revolução portuguesa, teve declarada a sua independência. Dez dias após foi vítima de uma brutal e feroz ocupação militar pelas tropas da Indonésia.

Desde setembro de 1975 o Exército indonésio desrespeitava as fronteiras timorenses, invadindo parte do país. Em 7 de dezembro, porém, a ocupação militar se consumou. As forças invasoras ocuparam os antigos quartéis portugueses em Dili, Baucau e Lospalos. Começava também o massacre de civis; homens, mulheres, crianças e velhos eram assassinados. A população apavorada, sob a proteção das Forças Armadas de Libertação – FALINTIL, fugia para as montanhas e iniciava a resistência.

O Exército de Jacarta efetuou diversas ofensivas militares para atacar e controlar as zonas de resistência, semeando a morte e destruição por todo o país. Em novembro daquele ano a última zona de resistência foi vencida. Milhares de filhos do Timor haviam perecido defendendo sua

pátria. A fome e a doença grassavam e tinha início a política de massacres coletivos imposta pela Indonésia, que terminou por dizimar 1/3 da população timorense.

A ação militar da Indonésia tem revelado características de um verdadeiro genocídio contra o povo Maubere e, segundo estimativas da FRETILIN – Frente Revolucionária do Timor-Leste, dos 800 mil habitantes existentes naquele país em 1975, mais de 200 mil já foram assassinados pelas tropas invasoras.

Buscando a completa exterminação daquele povo, não só física como também cultural e moral, o Exército da Indonésia cometeu verdadeiras atrocidades: cabeças foram decepadas, ventres de mulheres grávidas cortados, e os invasores tentam abolir a língua portuguesa, idioma oficial do país, para introduzir nas escolas a língua indonésia.

Mas apesar de tudo isso, o povo Maubere resiste, dando verdadeira lição de determinação e extremo heroísmo na luta em defesa da sua pátria, seu território, sua soberania. Nesses 20 anos de ocupação, reconhecida a inviabilidade de uma solução militar para o conflito, busca-se nos fóruns internacionais uma solução negociada que permita a libertação e a autodeterminação do Timor-Leste, bem como a completa retirada das forças indonésias do país.

Na década de oitenta, os mais diversos organismos internacionais aprovaram resoluções condenando a invasão e vários países exigiram a retirada de tropas do Timor-Leste e a solução do conflito.

Em 1982, a Assembléia Geral das Nações Unidas delegou poderes ao seu Secretário-geral para proceder a negociação entre as partes envolvidas no conflito. Em março de 1983 a Fretilin apresentou um plano de paz, que recebeu o apoio de grande parte da opinião pública internacional. Desde 1984 Portugal mantém conversações com a Indonésia conforme lhe foi atribuído pela Assembléia Geral da ONU, através da Resolução 37/30. Tudo em vão.

Os anos noventa chegaram e o mundo parecia ter esquecido o terrível conflito da Oceania. A Indonésia se aproveitou da situação e impunha a sua versão de que o povo timorense escolhera de livre vontade a integração, negando a verdade do ato de anexação sob a égide da força e tentando apagar as barbaridades cometidas para consumá-la.

Em 1991, o mundo toma conhecimento, indignado e surpreendido, que o exército da Indonésia preparava mais uma ação brutal contra o

povo timorense. Em Dili as forças da Indonésia assassinaram de forma cruel e fria cerca de 200 pessoas. As imagens do massacre de Santa Cruz, carregadas clandestinamente para fora do país, apareceram nas grandes emissoras do mundo e chocaram a opinião pública internacional.

A invasão do Timor-Leste ganhou novamente repercussão internacional e cresceu o movimento de solidariedade. Recentemente, de 31 de maio a 2 de junho, realizou-se em Portugal a Conferência Inter-Parlamentar sobre o Timor-Leste, com a participação de 77 parlamentares de 31 países, entre os quais o Brasil, muito bem representado pelo nobre Deputado Aldo Arantes, mostrando a amplitude do movimento de solidariedade ao povo Maubere.

A Conferência aprovou a Declaração de Lisboa onde os participantes, entre outras coisas, “exigem a libertação imediata de Xanana Gusmão, líder da resistência Maubere e de todos os presos políticos timorenses”, “alertam os países membros da ONU para a necessidade urgente de cooperarem na busca de uma solução internacionalmente aceitável que assegure o direito inviolável à autodeterminação do povo do Timor-Leste” e “propõe um movimento internacional de solidariedade ao povo timorense”.

No Brasil, diversas ações de solidariedade ao Timor se confirmaram. Em 1985 por ocasião da visita do Sr. Mari Alkatiri, Ministro das Relações Exteriores da Fretilin, foi enviado ao então Ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, uma moção de apoio à luta do povo do Timor-Leste, assinada por dezenas de parlamentares brasileiros. Nessa moção, os parlamentares saudavam a posição do governo brasileiro manifestada nos fóruns internacionais de apoio à luta daquele povo pela autodeterminação e manifestavam o desejo de ver estreitada ainda mais as relações fraternas entre os dois países.

Inúmeros laços históricos e culturais unem o Brasil ao Timor-Leste, desde a origem da colonização portuguesa à unidade lingüística, passando pela afinidade cultural. Cantores brasileiros como Chico Buarque e Gal Costa são muito respeitados e admirados pelo povo Maubere. A comida, a dança e a língua são fortes elos que nos fazem ainda mais próximos.

Em função desses laços fraternos que nos unem àquele povo, não podemos omitir-nos diante da difícil situação vivida pelos nossos irmãos do Timor-Leste.

Quero, portanto, manifestar, em nome do PCdoB, em meu nome e em nome dos democratas e patriotas brasileiros, nossa total solidariedade à luta do povo do Timor-Leste pela sua liberdade, independência e autodeterminação e manifestar ao governo brasileiro nosso apelo para que intensifique seus esforços nos fóruns internacionais na busca da solução do conflito, ao mesmo tempo em que reconheça a representação diplomática da Fretilin, abrindo imediatamente um escritório de representação em Brasília.

Pronunciamento do Deputado Federal Fernando Gabeira (RJ), pela liderança do Partido Verde

Sr. Presidente, Srs. representantes da Resistência do Timor-Leste; Sr. Governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque; autoridades; Srs. Deputados.

Gostaria de lembrar que temos intensa relação emocional com a resistência do Timor-Leste. Já no final da década de 70, na Suécia, quando fazíamos as manifestações do dia 1º de Maio, e uma das bandeiras que carregávamos era a da Fretilin. E com o tempo, com a proclamação da anistia no Brasil, tivemos oportunidade de voltar ao nosso País e a Fretilin continuou no exílio. Surgiram, nesse período, outras organizações importantes na resistência do Timor-Leste, tais como frentes democráticas, foros, ligas, enfim, um conjunto de organizações, as quais, de certa maneira, nos sentimos ligados, não só porque somos de uma comunidade de língua portuguesa, mas porque somos de uma comunidade internacional que luta pela autodeterminação dos povos.

Hoje é o Timor-Leste, amanhã será o Tibet, mas sempre estaremos aqui, lutando pela autonomia de povos subjugados pela repressão. No caso do Timor-Leste, gostaria de prestar contas rapidamente sobre o trabalho que foi possível realizar aqui no Congresso Nacional a respeito do tema. No início do ano apresentei um requerimento, perguntando ao governo brasileiro qual era efetivamente a sua posição no caso da independência do Timor-Leste. Recebi longa resposta em que o Itamaraty colocava-se como mediador nas negociações entre a resistência do Timor-Leste e a Indonésia e como mediador, justificava a sua posição de prudência.

Evidentemente, isso não nos satisfaz. O papel do Brasil no nosso entender, não é o de mediador nessa disputa. O papel do Brasil é o de assumir a luta pela independência do Timor. Um pouco mais tarde, há um

mês, apresentamos requerimento pedindo informações sobre a exportação de armas brasileiras para a Indonésia. Até o momento não recebemos resposta, mas na nossa petição havia uma proposta bem nítida de que fosse proibido qualquer comércio de armas com aquela região do mundo.

E, hoje, depois da visita do Presidente Fernando Henrique a Portugal, vemos certo desencontro em relação a nossa posição histórica e nossa posição real. Instado a falar sobre o Timor-Leste, várias vezes, o Presidente da República não se manifestou.

E, hoje, sabemos e queremos que o Brasil se desenvolva no outro sentido. Não se trata apenas de tomar posição a respeito do Timor. Trata-se até de conduzir a ONU à reflexão. Aos cinquenta anos de idade, a ONU precisa refletir sobre o que é soberania dos povos, até que ponto um povo como o da Indonésia é soberano para anexar o Timor-Leste e promover este massacre? Até que ponto o governo francês é soberano para fazer explodir bombas atômicas no Pacífico, com a oposição de dezenas de povos?

A própria questão da soberania nacional começa a ser colocada em debate e o Brasil tem papel importante. Não é possível que o Brasil, que se intitula candidato ao Conselho de Segurança da ONU, que junto com a Nigéria, com a Índia, com a Alemanha e com o Japão pretende ocupar um lugar ali, não se manifeste sobre estes temas, que o Brasil tenha a posição de um tímido, de um discreto, de um cauteloso comerciante que não quer se comprometer numa questão como esta.

Nossa posição será de, a cada momento, exigir do governo uma definição clara também a respeito do Timor. E, mais ainda, exigir do governo brasileiro que abra o País para uma representação da resistência do Timor; exigir do governo brasileiro que se manifeste sobre a situação dos prisioneiros lá, especialmente sobre a situação de Xanana Gusmão, que está para ser isolado dos outros presos. Quem esteve preso, como nós estivemos, quem passou pelos cárceres de várias ditaduras, sabe muito bem que o isolamento é o princípio da morte. É uma pena de morte não declarada. Isolam-nos para impedir que nos comuniquemos. Isolam-nos para nos impedir que troquemos energia com os nossos companheiros. Isolam-nos para impedir que saibamos como vai o movimento, impedir que possamos dizer também o que queremos do movimento.

Portanto, é dever do Brasil abrir-se para uma representação, denunciar a Indonésia e partir para outra atitude no mundo. Não creio

que possamos ocupar um cargo no Conselho de Segurança Nacional, a partir da nossa discreta, cautelosa e até vergonhosa omissão.

A posição do Partido Verde é não só em homenagem ao povo do Timor, que vem morrendo debaixo das botas da Indonésia, mas em homenagem também aos companheiros com os quais convivemos durante o exílio, que levantaram a bandeira da Fretilin e, junto a nós, mostraram-na a toda Europa, dando-lhe ciência de que havia um pequeno país que buscava sua independência.

Consideramos nosso dever continuar denunciando a omissão brasileira e cobrar seu novo papel. A verdade é clara: enquanto houver países como o Timor-Leste, subjugados por grandes potências, não estaremos livres. O Brasil, apesar de sua aparente independência, também será um País prisioneiro, pois o planeta será prisioneiro da sua incapacidade de garantir a autonomia desses povos.

Pronunciamento do Deputado Federal Marconi Perillo (GO), pela liderança do Partido Progressista

Sr. Presidente, quero saudar o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Prof. Cristóvam Buarque; os Embaixadores de Portugal, do Haiti e também o representante da Embaixada de Angola e da Grã-Bretanha; os representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais; os representantes nativos do Timor-Leste aqui presentes; saudar e cumprimentar o Deputado Aldo Arantes, do PCdoB do meu Estado, pela louvável iniciativa de trazer este debate ao Plenário do Congresso Nacional.

Gostaria de dizer que represento a bancada federal do meu Partido na Câmara Federal, o PP, Partido Progressista. Minhas palavras serão breves. Quero manifestar nossa posição de repúdio total ao governo da Indonésia, que tem oprimido durante todos esses anos o povo do Timor-Leste, e especialmente por constataremos a existência de governos ainda hoje opressores, que submetem às suas vontades nações e povos em vários lugares do mundo. Reafirmo a necessidades de autodeterminação dos povos, a rejeição aos governos autoritários que além de opressores cometem todas as espécies de afrontas aos direitos elementares da pessoa humana.

Temos aqui um relatório da Anistia Internacional. Ficamos espantados com tantas violações cometidas contra a população do Timor-Leste.

Hoje acompanharei o Deputado Aldo Arantes e uma comissão de deputados que estará participando de uma audiência com o Ministro das Relações Exteriores para expressar nosso desejo no sentido de que o Governo brasileiro tome posições mais concretas, como bem argumentou o ilustre Deputado Fernando Gabeira, do Partido Verde, que o governo brasileiro tome uma posição definida em relação a essa questão do Timor-Leste e possa, inclusive, liderar mundialmente um trabalho no sentido de conseguir, o mais breve possível, reverter essa situação que envergonha a todos nós, brasileiros, e, no meu entendimento, a todos os povos do mundo.

Pronunciamento do Deputado Federal Wilson Campos (PE), em nome da Presidência da Câmara dos Deputados

Antes de encerrar a presente sessão, a Mesa agradece a presença do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Prof. Cristóvam Buarque; do Sr. Embaixador de Portugal, Pedro Ribeiro de Menezes; da Sr^a. Ministra-Conselheira da Embaixada do Uruguai, Cristina Figueroa; do Sr. Côsul do Peru, Sr. Luiz Vargas Chaiz; da Sr^a. Marli Santana, representante da Embaixada da Indonésia; do Presidente em exercício do Conselho Federal da OAB, Sr. Reginaldo Oscar de Castro; da Sr^a. Zenaide de Sousa Pantoja, Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia; do Sr. Calisto Ramos, representante da CNTI; do Embaixador do Haiti, Sr. Turenne Jean-Enard; e, em especial, aos dois companheiros que vieram do Timor-Leste, Luiz Cardoso de Noronha e Roque Rodrigues.

Esta Casa e o Brasil estão atentos para o grande problema que aflige os irmãos do além-mar e nós, que sempre proclamamos e defendemos a liberdade, justiça e fraternidade, e sobretudo o humanismo e a humanidade, temos certeza de que poderão levar daqui a palavra da Câmara dos Deputados, quicá do Congresso Nacional, que será conduzida ao Exmo. Sr. Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores.

Talvez a reunião da ONU, que está sendo realizada em Nova Iorque, Estados Unidos, seja motivo para que se faça justiça a esse povo que sofre e que clama por justiça e liberdade.

Agradeço a todos pela presença.

